



O presidente do PFL, Marco Maciel (C), presidiu ontem a reunião da executiva nacional para decidir sobre pontos polêmicos

### Maciel acha que mandato será revisto

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, afirmou ontem que um dos fatores que determinaram a tendência majoritária a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney foi a maior ação do Governo junto aos constituintes, verificada "nos últimos 30 dias", mas ele acha que essa tendência ainda pode ser modificada. Para Maciel, "daqui para a votação, muitos fatos novos podem e devem ocorrer".

Maciel considera que pode influenciar na votação do mandato, por exemplo, a decisão sobre o sistema de governo, e admitiu que tanto os defensores dos quatro anos como do presidencialismo não se articularam devidamente. Sobre a possibilidade de se votar em plenário, em primeiro lugar, o sistema de Governo e a duração do mandato, disse que admite essa inversão na pauta caso ela contribua para agilizar a Constituinte.

Para o presidente do PFL, "já estamos vivendo a maior Constituinte da História do Brasil e o processo de transição mais longo", razão pela qual uma providência no sentido de apressar o processo seria válida, inclusive porque, no seu entendimento, essa demora está acarretando desgaste para os constituintes. "Se a inversão na pauta de votações contribuir para essa agilização, podem contar com o meu apoio", garantiu.

A notícia da tendência majoritária a favor dos cinco anos para Sarney, com base no número de assinaturas de apoio à emenda neste sentido, foi influenciada também por outros fatores, além da ação do Governo, "de forma pragmática", junto aos constituintes, segundo o senador. Ele cita também o fato de o movimento a favor das "diretas já" não ter sido, no seu entendimento, bem-sucedido, "o que pode ter feito os constituintes pensarem que o povo não está cobrando eleições imediatas com tanta vontade como no passado". Outro fator, segundo ele, foi o aparecimento do Centrão, que "alterou o eixo do processo constituinte". Ele observa que o Centrão surgiu para agir na Constituinte nos planos econômico e social, mas como a maioria de seus integrantes é ligada ao Governo e ao presidente Sarney a ação do grupo extrapolou para o plano político.

Maciel admite, também, que não houve um trabalho competente de articulação por parte dos que defendem o mandato de quatro anos. "Aliás — disse — parece que a mesma coisa aconteceu com os presidencialistas, tanto que as pesquisas apontam maioria presidencialista na Constituinte e o projeto da Sistematização se define pelo parlamentarismo".

O presidente do PFL considera infundadas as suposições de que não haverá tempo de se realizar eleições este ano, devido ao atraso da Constituinte. "Sob o ponto de vista jurídico, formal, dá para realizar eleições em qualquer nível", disse o senador, embora sempre ressalvando que há necessidade de apressar o processo. Ele lembrou que existem políticos prevendo que a Constituinte ainda estenderá os trabalhos por mais seis meses, "o que seria inconveniente".

### Sarney pede licença para ir ao exterior

O presidente José Sarney enviou mensagem ontem, ao Congresso Nacional solicitando autorização para fazer sete viagens este ano ao exterior. As duas primeiras a serem feitas são Uruguai e Colômbia, de 6 a 9 de fevereiro próximo. Ainda sem data estão as visitas à Angola, Índia, China, Bolívia e União Soviética. O objetivo das referidas viagens, segundo a mensagem presidencial, é empreender novo ciclo de contatos com chefes de estado e de governo com vistas ao tratamento de questões de interesse comum, à criação e consolidação de oportunidades para o intercâmbio econômico, comercial, científico e tecnológico.

No dia 6 próximo, o presidente chegará ao Uruguai, onde participará de um encontro tripartite com os presidentes Júlio Sanguinetti, do Uruguai e Raul Alfonsín, da Argentina.

## Cabral dá parecer contrário a emendas sobre Ordem Econômica

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) decidiu não dar parecer favorável às emendas apresentadas pelo Centrão no capítulo da Ordem Econômica e também quanto à reforma agrária. Cabral vai incorporar as mudanças, mas pedirá destaque e votará pela permanência do seu texto, aprovado pela Comissão de Sistematização.

O relator, que entrega seu parecer sobre as 2.023 emendas hoje, às 18h00 — com cerca de mil páginas —, admite que o Centrão introduziu "algumas melhorias". Mas não gostou das alterações propostas pelo grupo sobre o sistema tributário: "O projeto foi todo censurado e acaba por inviabilizar sua aplicação".

Como melhorias introduzidas pelo Centrão, o relator citou a manutenção da impenhorabilidade de propriedades de até 25 hectares, o que assegura a seus proprietários o acesso ao crédito agrícola. Ele acolheu também as modificações introduzidas no Preâmbulo.

### Contra o fisiologismo

No atual projeto de Constituição continua se verificando maior preocupação com o Estado que com a sociedade. A crítica é feita pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel, ao divulgar ontem a nota da Executiva Nacional do partido com uma série de recomendações aos constituintes pefelistas sobre como devem votar em plenário.

A Executiva enumerou ontem uma série de assuntos para que os constituintes do PFL assegurem um "perfil liberal" à nova Carta, segundo pretende Maciel, comunicando que sobre cada um dos assuntos enumerados há pelo menos um projeto de autoria de algum constituinte do partido.

O primeiro princípio é o de que "a sociedade deve ser mais importante que o Estado", com a Constituinte assegurando os direitos do cidadão, o que significa essencialmente "controles sociais sobre o Estado e exercício da cidadania". A Executiva entende ainda que a interferência do Estado inibe o desenvolvimento do País, razão pela qual recomenda à bancada que vote no sentido de redefinir

as funções do Estado, "fazendo refluir as tendências centralistas e autoritárias que têm caracterizado suas formas de intervenção".

Outra recomendação: redução da carga tributária, evitando-se o "pesado ônus tributário que incide sobre a sociedade — especialmente os assalariados". O PFL quer também prioridade às pequenas e microempresas, com ampliação e fortalecimento das diversas formas de acesso e democratização da propriedade, "evitando a excessiva generalização das reservas de mercado, bem como coibida a formação de monopólios, oligopólios ou cartéis, mediante específica legislação antitruste".

Apontado como partido fisiológico, o PFL não deixa de fazer, no entanto, recomendações — através de sua direção nacional — no sentido de que os pefelistas votem em medidas que assegurem o fortalecimento dos partidos políticos e o revigoramento das instituições de representação popular, a fim de "conter o corporativismo, coibir o clientelismo e o fisiologismo".

Outra recomendação: redução da carga tributária, evitando-se o "pesado ônus tributário que incide sobre a sociedade — especialmente os assalariados". O PFL quer também prioridade às pequenas e microempresas, com ampliação e fortalecimento das diversas formas de acesso e democratização da propriedade, "evitando a excessiva generalização das reservas de mercado, bem como coibida a formação de monopólios, oligopólios ou cartéis, mediante específica legislação antitruste".

Apontado como partido fisiológico, o PFL não deixa de fazer, no entanto, recomendações — através de sua direção nacional — no sentido de que os pefelistas votem em medidas que assegurem o fortalecimento dos partidos políticos e o revigoramento das instituições de representação popular, a fim de "conter o corporativismo, coibir o clientelismo e o fisiologismo".

### Quércia quer decisão rápida

São Paulo — O governador Orestes Quercia manifestou ontem desejo de ver votada na próxima semana a duração do mandato do presidente Sarney e o sistema de governo considerando que só assim será possível que se vote com rapidez a nova Constituição brasileira. Para Quercia, a votação depende apenas de um entendimento entre as lideranças dos partidos políticos, "já que todo mundo quer isso".

Depois de alertar que "do jeito que as coisas estão indo é possível que tenhamos problemas de não votarmos a Constituição sequer este ano", o governador disse que com a votação desses "assuntos apaixonantes", conforme denominou, quem ganha é o povo.

"Quando conversamos com as lideranças que são favoráveis ao mandato de quatro anos, elas acham que ganham a votação e quando falamos com os que defendem os cinco anos, elas também estão certas de que ganham. Acredito que o povo é que ganha na medida em que eles apressarem essa votação", disse Quercia.

Recepção O governador de São Paulo disse ter sido informado por seu colega de Minas, Newton Cardoso, de que a reunião do próximo dia 28 entre os governadores, em Belo Horizonte, se estenderá por dois dias. Segundo ele, os governadores serão recebidos com uma recepção (jantar) no dia 28 e, no dia seguinte, haverá a reunião. Quercia garantiu sua presença ao encontro sem esclarecer se, com isso, será obrigado a ausentar-se praticamente dois dias de São Paulo.



No dia 28, Quercia vai a Minas

### Mesa indefere 12 emendas coletivas

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte indeferiu 12 emendas coletivas. Nenhuma delas conseguiu reunir as 280 assinaturas necessárias para a sua tramitação com preferência automática assegurada e, por isso, sequer deverão receber parecer do relator deputado Bernardo Cabral. A emenda que mais se aproximou do número exigido é de autoria do deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT). Ele conseguiu 277 assinaturas. A sua proposta tem o objetivo de conceder maior autonomia para as escolas privadas, ao substituir o termo "verificação" por "acompanhamento" no inciso II do artigo 242 que trata da fiscalização pelo estado sobre a qualidade do ensino ministrado pela iniciativa privada.

Mandato O relator deixará clara também a sua posição contrária, embora com o parecer técnico favorável, por imposição do Regimento Interno da Assembleia. Matheus Jansen (PMDB-PR), que estabelece um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, e por Humberto Lucena (PMDB-PB), que prevê o sistema presidencialista.

Bernardo Cabral explicou que no corpo do parecer dessas duas emendas recomendará que os constituintes votem como está o projeto de Constituição, que é parlamentarista e estabelece um mandato de quatro anos para Sarney. Será apenas uma declaração de voto, segundo suas próprias palavras, pois como relator ele não pode dar parecer contrário às emendas que tenham sido apresentadas pela maioria dos constituintes.

Bernardo Cabral aproveitou para criticar "a rigidez" do Regimento Interno da Constituinte, que dá ao relator poucas alternativas para a apreciação das emendas individuais. O parecer, de acordo com as normas, tem que ser totalmente contra ou totalmente favorável.

### Ulysses passa o dia no Sul e pede pressa

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, inicia hoje sua viagem ao Sul do País onde pedirá aos governadores que intervenham junto às suas bancadas federais para que apressem os trabalhos da Constituinte. O seu primeiro encontro será com o governador Alvaro Dias, do Paraná, seguindo depois para Santa Catarina — onde terá encontro com o governador Pedro Ivo, às 13h00 — e para o Rio Grande do Sul, para contatos com o governador Pedro Simon.

O deputado Ulysses Guimarães, também presidente do PMDB, teme que o atraso dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte possa comprometer a realização das eleições municipais, já que o prazo de desincompatibilização para os candidatos é de seis meses. Na pauta das conversações está incluída também a questão do mandato do presidente José Sarney e do sistema de Governo.

Os três governadores do Sul têm defendido até agora um mandato de cinco anos para o Presidente da República. Pedro Ivo conta com seis votos entre os nove deputados federais e dois senadores catarinenses. Alexandre Puzyna, do Centrão, Geová Amarante, Paulo Macarini, Ivo Vanderlinde, Renato Viana e Eduardo Pinho Moreira assinam uma emenda que propõe um mandato de seis anos para Sarney, mas não garantem seu apoio à emenda durante a votação no plenário.

Francisco Kuster, Vilson de Souza, Walmor de Luca e os senadores Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin são favoráveis aos quatro anos mas a pressão do governador sobre eles seria ineficaz, já que há uma antiga divergência entre eles.

### Visita é pretexto para adiar decisão

Porto Alegre — A visita de Ulysses Guimarães ao Rio Grande do Sul foi o argumento usado com sucesso pela facção do partido no Estado ligada ao governador Pedro Simon para adiar uma definição do diretório regional pelo mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e pelo parlamentarismo. Inicialmente, a programação oficial de Ulysses Guimarães prevê apenas uma audiência com o governador Pedro Simon, mas em reunião do diretório regional os peemedebistas gaúchos decidiram tentar a realização de um encontro com o presidente do partido para discutir esses assuntos e também a situação dos trabalhos da Constituinte.

A grande preocupação de Ulysses será mudar a forte tendência existente dentro do partido de forçar uma imediata definição pelos quatro anos e pelo parlamentarismo.

# Cresce rejeição a mudanças na pauta de votação

A defesa, pelo próprio presidente Sarney, da proposta de votação imediata da duração do seu mandato, agravou as resistências da oposição a essa ideia, que está praticamente inviabilizada, segundo afirmaram ontem vários líderes partidários.

O relator-geral da Constituinte, Bernardo Cabral, embora pessoalmente favorável à inversão da pauta, para facilitar a votação do mandato, também reconhece que isso "é difícil". O deputado Daso Coimbra, um dos articuladores do Centrão, foi mais longe, observando que não há qualquer possibilidade de acordo em torno da questão e que é "quase impossível" reunir até o dia 27, um número suficiente de assinaturas (a maioria de 280 constituintes), para mudar o regimento e deste modo conseguir-se a inversão da pauta.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, evitou uma opinião pessoal sobre a ideia, limitando-se a comentar "pela centésima vez", que a inversão da pauta "depende de acordo", e respondendo que não tem elementos para avaliar se o acordo é ou não viável.

Contra Na realidade, pelas manifestações surgidas ontem e na véspera, Daso Coimbra tem razão: o acordo é inviável porque os líderes do PDT, PT, PC do B, PDS e do PFL na Câmara estão contra a inversão da pauta. Bastaria um desses líderes recusar o entendimento para impedir o acordo, que só pode ser concretizado se contar com a adesão unânime das lideranças.

A outra hipótese — mudança do regimento, por decisão da

maioria — também é considerada impraticável pelos líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PC do B, Haroldo Lima, e pelo presidente do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra. Os dois primeiros entendem que a maioria dos constituintes ainda é favorável a um mandato de apenas quatro anos para o presidente Sarney, mas, diante do interesse revelado pelo Presidente, vão preferir deixar que essa questão somente seja definida no curso normal da votação — isto é, no final, quando forem votadas as disposições transitórias.

Brandão Monteiro chegou a elaborar um projeto de resolução propondo a inversão da pauta, mas, como a ideia passou a ser do interesse do Governo, desistiu de apresentá-la. Ele justificou a mudança de posição alegando que "a política é muito dinâmica" e que agora "é preferível que a oposição promova uma mobilização de opinião pública para denunciar os métodos que o Sarney vem adotando — distribuição de cargos, rádios e recursos — para assegurar um mandato de cinco anos".

Olívio Dutra acredita que os constituintes estão divididos com grande equilíbrio em relação ao mandato presidencial, temendo que a diferença "de quatro ou cinco votos a favor dos quatro anos" pode ser revertida a favor de Sarney, "diante dos métodos de cooperação que o Governo vêm utilizando". Haroldo Lima, do PC do B, atribuiu o interesse do Planalto na votação prioritária do mandato "a uma situação aparentemente favorável, por conta da corrupção patrocinada pelo Poder Executivo".



O líder do Governo lê a Ulysses sua confiança nos 5 anos

### Sant'Anna vê inversão como tese irrelevante

Rubem de Azevedo Lima

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), acha irrelevante qualquer mudança na ordem de votação das matérias polêmicas da Constituinte, por entender que o mandato de cinco anos para o presidente Sarney está praticamente assegurado, pouco importando que a votação dessa matéria se realize agora ou mais tarde.

Sant'Anna admite que "cinco ou seis constituintes favoráveis aos cinco anos para Sarney mudaram de posição, mas" — ressaltou — "temos outros vinte parlamentares que não assinaram a emenda a favor desse período de governo prontos a votar, em plenário, de acordo com aquela emenda".

Nem todos os defensores dos cinco anos concordam com a tese de Sant'Anna. O ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, acha que seria interessante que a Constituinte invertesse a votação das matérias polêmicas, decidindo, desde já, sobre a duração do mandato de Sarney e o sistema de governo.

Prisco esclarece, no entanto, que o Palácio do Planalto não interferirá, de maneira nenhuma, na Constituinte para mudar a ordem de votação das matérias constitucionais. A rigor, tal mudança foi defendida pelos líderes do PMDB e do PDT na Constituinte, senador Mário Covas e deputado Brandão Monteiro. "O Mário Covas" — comentou Sant'Anna — "chegou a acreditar que essa inversão ajudaria a rejeitar os cinco anos, pois, durante o recesso, a imprensa, de modo geral, deu mais espaço aos defensores dos quatro anos".

Timidez

A propósito da imprensa, Prisco explica por que o Governo está mais atente na divulgação de suas realizações: "Até aqui" — diz o ministro — "o Governo vinha sendo muito tímido na propagação de seus atos mais importantes para a sociedade".

Conjugando esse fato — a maior publicidade dos atos oficiais — com a tendência que lhe parece irreversível, de melhoria da situação econômica do País, Prisco acha inevitável a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney. A decisão antecipada sobre

esse problema, na opinião do ministro, daria ao Presidente mais tempo útil para governar.

Nas oposições aos cinco anos, a estratégia mudou completamente, com o apoio de governadores favoráveis aos quatro anos. Nessa área, aumentou o convencimento de que a política econômica do Governo, com o novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não terá bons resultados.

A previsão de crescimento do Brasil, em 1988, foi inicialmente estabelecida em 7% do PIB, por Mailson. Agora, o ministro fala em crescimento máximo de 4%. Em tais condições, o número de desempregados no País crescerá, em 1988, à razão de 50 mil por mês. Também a taxa prevista de inflação era de 110%, passou para 230% depois que Mailson assumiu e o novo ministro, há dias, reavaliou que a inflação chegue a 330% no ano corrente, enquanto ex-auxiliares de Sarney falam até em mil por cento.

Tensões

Assim, paralelamente a esse quadro de dificuldades econômicas, as tensões sociais deverão agravar-se e o esquema político pro-cinco anos tenderá, na opinião de governadores do PMDB, a ficar insustentável, pois nessa área também não se acredita que a volta do Brasil ao FMI ajude ao projeto quinquenal de Sarney.

Prisco contesta validade à tese das diretas em 88, sob o argumento de que assim a Constituinte estaria discriminando o Governo do presidente Sarney. Em 16 de abril de 1984, porém, ele, Prisco, e Sarney, à época presidente do PDS, apoiaram proposta de emenda constitucional do então Presidente da República, general João Baptista Figueiredo, que, para neutralizar o impacto da emenda das diretas-já, do então deputado Dante de Oliveira, propôs a realização de diretas para 1988, reduzindo, com isso, o mandato de seu sucessor em dois anos. "O presidente Sarney, no comando do PDS" — conforme recordou o governador Collor de Mello — "considerou a preservação do colégio eleitoral, em 85, e as diretas em 88, pontos negociáveis da emenda Figueiredo, para que o Brasil tivesse um curto governo de transição rumo à democracia antes de 1989".